



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2014

PROCESSO DE COMPRAS Nº 7046/2014

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: 16/12/2014

HORÁRIO: 08:30 HORAS

O Município de Mauá, através do Sr.(a). Secretário (a) de Segurança Alimentar, fará realizar no Departamento de Compras, situado na Avenida João Ramalho, 205 – Vila Noêmia – Mauá/SP, CEP 09371- 520, telefone: (11) 4512-7824 licitação na modalidade **PREGÃO (presencial)**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a aquisição dos produtos descritos no Anexo I deste Edital, para a Prefeitura do Município de Mauá.

O presente Pregão será processado e julgado em conformidade com as Leis Federais n.ºs 8666/93 e 10520/02, a Lei Complementar nº. 123/06, os Decretos Municipais nº. 6783/05 e 7841/13, com as normas deste instrumento e demais normas legais atinentes à espécie.

A Ata de Registro de Preços será gerenciada pela Secretaria de Segurança Alimentar.

As despesas serão suportadas pela respectiva dotação orçamentária nº.- 3.3.90.30.00.00.00.00 - Código Reduzido -

Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte integrante os seguintes documentos:

ANEXO I	DESCRIÇÃO DO OBJETO
ANEXO II	MODELO DE DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO
ANEXO III	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO IV	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO
ANEXO V	MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE O ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
ANEXO VII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
ANEXO VIII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ANEXO IX	MODELO DE PROPOSTA
ANEXO X	TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

OBS: O Edital poderá ser consultado, no Departamento. de Compras, sito à Av. João Ramalho, 205, 1º andar – Paço Municipal, Centro, Mauá - SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas, e retirado pelo site: www.maua.sp.gov.br, devendo a empresa enviar o comprovante de retirada do edital via fax (11) 4555-0873 ou e-mail: cpl@maua.sp.gov.br, sob pena de não receber os comunicados, esclarecimentos, entre outros. Maiores informações (11) 4512-7825.

DO OBJETO

1. O presente Pregão tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA APRA AQUISIÇÃO DE KIT LANCHE**, para atender o Município, conforme especificações e estimativas de consumo constantes do Anexo I.

1.1. O fornecimento deverá ser realizado na forma e condições fixadas no presente instrumento, quando solicitado pela Secretaria constante no preâmbulo, ou para quaisquer outras secretarias do Município que vierem a aderir à Ata de Registro de Preços durante o período de sua vigência.

DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

2. DO REGISTRO DE PREÇOS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

- a) O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas gerais da Lei Federal nº. 8666/93, especialmente seu artigo 15, e pelos procedimentos previstos nos Decretos Municipais nº. 6783/05, 5699 /97 e 7273/09 e demais normas complementares.
- b) A existência de preços registrados não impede a Administração, sempre que julgar conveniente e oportuno, efetivar as contratações por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao detentor da Ata a preferência em igualdade de condições.
- c) O direito de preferência previsto na alínea anterior dar-se-à caso a Administração opte por realizar a aquisição através de licitação específica ou diretamente, nos termos da legislação vigente e o preço encontrado for igual ou superior ao validamente registrado. Nesta hipótese o detentor da Ata de Registro de Preços terá assegurado seu direito à contratação.
- d) É vedada a aquisição do produto por valor igual ou superior ao preço registrado, ressalvada a hipótese de esgotamento da capacidade de fornecimento do detentor da ata de registro de preços.
- e) Finda a licitação com a adjudicação do objeto, a Secretaria interessada, na condição de órgão gerenciador, fará registrar o preço ofertado pelo(s) licitante(s) vencedor (es) em ata própria.
- f) A contratação com o detentor da Ata de Registro de Preços será formalizada pela Secretaria indicada no preâmbulo deste Edital, através de instrumento contratual ou, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro similar, nos termos do art. 62, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- g) Nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93 será conferida total publicidade aos documentos referidos na alínea anterior.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. Homologada a presente licitação, a Administração convocará o vencedor para lavratura do documento denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ANEXO III que conterà o seguinte:

- a) Número de ordem em série anual;
- b) Número da licitação e do procedimento administrativo e sua modalidade;
- c) Órgãos e unidades integrantes do registro;
- d) Qualificação do detentor do registro e seu representante legal;
- e) Descrição do objeto licitado;
- f) Preços ofertados pelo detentor do registro;
- g) Prazos, locais de entrega e forma de pagamento, pactuados;
- h) Número da dotação orçamentária a ser onerada;
- i) Valor estimado da ata;
- j) Marca dos produtos.

3.1. A Ata de Registro de Preços será lavrada em 03 (três) vias, devendo uma ser juntada ao processo que lhe deu origem, outra entregue ao detentor da Ata e a terceira para arquivo.

3.1.1. Será fornecida uma cópia da ata para cada um dos órgãos participantes, visando o seu aperfeiçoamento.

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4. O prazo de validade da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

4.1. A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não implicará na extinção dos ajustes dela decorrentes, ainda em execução.

DA PARTICIPAÇÃO

5. Poderão participar da presente licitação, empresas que atenderem as exigências deste Edital.

5.1. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente, as empresas:

- a) **Estejam declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar com o do Poder Público;**
AV. JOÃO RAMALHO, Nº 205, 1º ANDAR, VILA NOÊMIA, MAUÁ, SP, CEP 09371-520,
FONES 4512-7825/7824, CNPJ 46.522.959-0001-98, INSCR. EST. ISENTA, SITE WWW.MAUA.SP.GOV.BR



- b) Sob processo de recuperação judicial, concordata, falência, concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- c) Que possuam qualquer outro impedimento legal para tanto;
- d) Que não possuam em seu objeto social, ramo de atividade que seja pertinente ao objeto a ser licitado.
- e) Reunidas em consórcio.

5.2. Poderão participar da licitação os interessados, doravante designados licitantes, que atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos.

5.3. A empresa licitante **deverá ser representada fisicamente**, por seus sócios ou seus representantes devidamente credenciados em sessão pública, sob pena da licitante não formular lances verbais e interpor recursos.

DO CREDENCIAMENTO PARA MANIFESTAÇÃO NAS SESSÕES

6. Do credenciamento para manifestação nas sessões:

6.1. No dia, hora e local estipulados no presente Edital, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, com poderes específicos para formular lances verbais, bem como para a prática de todos os atos inerentes ao certame, portando documento pessoal de identificação, documentação comprobatória dos poderes do credenciante, mediante a apresentação dos elementos a que se referem os subitens "6.1.2" e "6.1.3", para credenciamento junto ao pregoeiro.

OBS: O credenciamento será efetuado no prazo estipulado no item 10.2, podendo as empresas participar, desde que estejam presentes até este horário.

6.1.1. O documento de credenciamento deverá ser entregue ao pregoeiro juntamente com a respectiva cédula de identidade ou equivalente, em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTOS".

6.1.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, devendo obrigatoriamente apresentar os dados constantes do Anexo II.

6.1.2.1. O documento de credenciamento deverá vir acompanhado de contrato social ou documento equivalente, que comprove os poderes de quem o está constituindo.

6.1.3. Se a licitante estiver representada por proprietário, sócio, dirigente ou pessoa de condição assemelhada, deverá apresentar documento comprobatório da sua condição, no qual estejam expressos os seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em nome daquela, também acompanhado de documento pessoal de identificação, estando neste caso, dispensado da apresentação do Termo de Credenciamento, objeto do Anexo II.

6.1.4. A inobservância dos termos do subitem 6.1.3 impedirá a licitante de formular lances verbais e interpor recursos.

6.1.5. O documento de identificação do representante legal ou de credenciamento será retido pelo pregoeiro e juntado ao processo licitatório.

6.1.6. Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante legal do licitante, e dos poderes específicos para prática dos atos do pregão, como dar lances, manifestar a intenção de recorrer, desistir e renunciar a esse direito.

6.1.7 Os interessados em acompanhar as sessões de abertura dos envelopes que não tenham sido credenciados, poderão fazê-lo desde que não interfiram, de modo algum, no bom andamento dos trabalhos.

6.1.8 Nenhum interessado poderá representar mais de uma empresa;

6.1.9. Juntamente com o credenciamento os licitantes deverão entregar a Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios, objeto do Anexo IV, bem como, declaração de que se encontra enquadrada na condição de pequena empresa nos termos da legislação fiscal e societária, conforme modelo constante no Anexo VIII.

6.1.10 A não apresentação da Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios não será objeto de desclassificação do licitante, desde que, presente o representante credenciado, o faça, de próprio punho, antes do início dos trabalhos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

6.1.11 Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

6.1.11.1 Apresentar Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VIII deste edital, e apresentada FORA dos envelopes nº. 01 (Proposta) e nº. 02 (habilitação).

6.1.12. Finalizada a etapa de credenciamento, o Pregoeiro declarará encerrada esta fase e procederá ao recebimento dos envelopes que deverão conter as propostas comerciais e os documentos de habilitação, em invólucros separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, contendo os dizeres conforme item 08.1 e 08.2.

DAS DATAS DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7. Os interessados em participar do presente Pregão, deverão comparecer, no Paço Municipal - Departamento de Compras, 1º andar, com os envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO", no endereço, data e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

7.1. Não será aceita, em hipótese alguma, a entrega de envelopes em desacordo com o item anterior.

DO CONTEÚDO DOS ENVELOPES

8. DOS ENVELOPES "PROPOSTA DE PREÇOS" E "DOCUMENTAÇÃO"

8.1. DO ENVELOPE 01 "PROPOSTA DE PREÇOS": O envelope 01 deverá conter a Proposta de Preços, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:

ENVELOPE Nº. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº: 152 / 2014

PROPONENTE:.....

8.2. DO ENVELOPE 02 "DOCUMENTAÇÃO": O envelope 02 deverá conter a documentação exigida no item 9.2, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:

ENVELOPE Nº. 02 – "DOCUMENTAÇÃO"

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº: 152/2014

PROPONENTE:.....

DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

9. Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 02 (dois) envelopes, devidamente fechados e indevassáveis, no endereço, data e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, com as respectivas identificações.

9.1. DO ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS: - O envelope nº. 01 deverá conter a Proposta de Preços propriamente dita apresentada preferencialmente em única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante, com especificação em linguagem clara, completa e detalhada dos produtos ofertados, conforme padrão definido no Anexo I, e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado e conterá:

a) A indicação do(s) item (ns) ofertado(s) e respectivas marcas, observadas as exigências estabelecidas neste instrumento, e os respectivos preços unitários e totais, em moeda nacional, expressos em algarismos e por extenso; computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do edital, tais como frete, combustível, embalagens, e demais concernentes à plena execução do objeto durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

b) Número deste Pregão;

c) Razão social, endereço, CNPJ, Inscrição Estadual, telefone e fax do licitante;

d) Prazo de entrega dos produtos;

e) Prazo de Pagamento;

f) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias corridos, contados da entrega dos envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS;

g) Nome e número do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente da proponente;

AV. JOÃO RAMALHO, Nº 205, 1º ANDAR, VILA NOÊMIA, MAUÁ, SP, CEP 09371-520,
FONES 4512-7825/7824, CNPJ 46.522.959-0001-98, INSCR. EST. ISENTA, SITE WWW.MAUÁ.SP.GOV.BR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

9.1.1. Os preços ofertados devem ter como referência os praticados no mercado atacadista para pagamento em 30 dias corridos, contados da data do recebimento definitivo do produto pela unidade recebedora.

9.1.2. A licitante deverá apresentar proposta de menor preço para o item (todos os) participante;

9.1.3. Só será aceito um preço para o (cada) item;

9.1.4. Serão desclassificadas as propostas/documentos que não atenderem as exigências essenciais deste edital e de seus anexos, que estejam em desconformidade com o critério indicado no Anexo I, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.1.5. Consideram-se exigências essenciais àquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante, e aquelas cujo desatendimento, nesse momento, possa representar desrespeito aos princípios da licitação;

9.1.6. Havendo falhas possíveis a serem sanadas, deverá o detentor da proposta/documentação ou representante legal credenciado fazê-lo, desde que não atrapalhe o andamento dos trabalhos ou atrase o julgamento das propostas.

9.2. DO ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO: O envelope nº. 02 deverá conter a documentação relativa à habilitação, em conformidade com o previsto a seguir:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;

c) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedades Simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período do ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, publicado pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE, ou de outro indicador que o venha substituir. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis publicados em Diário Oficial ou publicadas em jornais ou por cópias ou fotocópias extraídas do Livro Diário – devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou outro órgão equivalente – inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

e. 1) Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

e. 1.1) Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornais de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

e. 1.2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

e. 1.3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº. 9.317/96 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”: por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

e. 1.4) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

f) Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o pedido de inscrição;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

- h) Os interessados com sede em outro município que tenham filial no Município de Mauá, deverão também comprovar inscrição no Cadastro de Contribuinte deste Município;
- i) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal, por intermédio da Certidão de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Federal ou a Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- j) Prova de regularidade de Débitos referentes a Tributos Estaduais expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda, através da unidade administrativa da sede da licitante;
- k) Prova de regularidade de débitos referentes a tributos Mobiliários em nome da empresa licitante, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças da sede da licitante;
- l) Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste município, deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de Mauá, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada;
- m) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRB), quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº. 8.212, de 24/07/1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em dívida ativa do INSS, por ela administradas;
- OBS:** Aceitar-se-á, CND - Certidão Negativa de débitos ou CPD-EN - Certidão Positiva de Débitos, com Efeito de Negativa, emitida segundo a Legislação anterior, desde que dentro do seu prazo de validade.
- n) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- o) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos da Lei Federal nº. 12.440/11;
- p) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- q) Atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem o fornecimento de objeto similar conforme anexo I, sem exigência de comprovação de quantitativos mínimos;
- r) Cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, a ser comprovado por meio de Declaração, sob as penas da lei, emitida pelo proponente, conforme modelo constante do Anexo V;
- s) A empresa deverá declarar que, no momento da contratação, não está cumprindo pena por inidoneidade, sob as penas da Lei, conforme modelo constante do Anexo VI;
- t) A licitante fica obrigada a declarar, sob penalidades cabíveis, a inexistência de fatos impeditivos para habilitação, conforme modelo constante do Anexo VII, que deverá ser em papel timbrado, se possuir.

9.2.2.1. Os documentos exigidos nas alíneas “i”, “j”, “k”, “m” acima, poderão ser apresentados também como “Certidão Positiva, com efeito, de Negativa”.

9.2.2.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou seu substitutivo.

9.2.2.3. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.2.2.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, mediante apresentação de requerimento devidamente fundamentado e aceito pela Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

9.2.2.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes, nos termos do artigo 4º inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

9.2.3. Os documentos a que se refere o item "9.2" deverão ser apresentados por meio de cópia autenticada por cartório competente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

9.2.4. Em caso de documento expedido via Internet, a Comissão de Apoio Técnico, obrigatoriamente, verificará a sua veracidade junto ao respectivo Sistema Informatizado.

9.2.5. Os documentos solicitados no item “9.2”, quando não constarem a sua validade expressa, serão aceitos pela P.M.M., quando emitidos com antecedência máxima de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

9.2.6. As empresas com cadastro de fornecedor na Prefeitura do Município de Mauá ficam isentas de apresentar os documentos constantes nas letras “a” a “h” do item 9.2 “Documentação”.

DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

10. São os seguintes os procedimentos a serem adotados para a realização do pregão propriamente dito:

10.1. No dia, hora, e local designados neste edital, os licitantes deverão estar legalmente representados ou por terceiros devidamente credenciados, com poderes específicos para formulação de lances verbais e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame conforme o modelo referencial indicado no Anexo II;

10.2. Instalada a sessão pública do pregão, após o credenciamento dos participantes, com duração de 15 minutos do início da sessão ou até que se credenciem os participantes, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes das propostas comerciais. Em seguida, será verificada a conformidade das propostas com os requisitos deste Edital.

10.3. Serão desclassificadas as propostas/documentos que não atenderem às exigências essenciais do Edital, considerando-se com tais as que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação do proponente, ou ainda, que apresentarem valor zero, simbólicos ou irrisórios.

10.4. As propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem crescente de preços, por **item;**

10.5. Constará da ata os licitantes participantes, os preços oferecidos nas propostas apresentadas, as propostas eventualmente desclassificadas com a respectiva fundamentação, e a ordem de classificação provisória das propostas;

10.6. No caso de empate entre duas ou mais propostas escritas será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances

10.7. No curso da sessão, uma vez definida a classificação provisória, o pregoeiro convidará individualmente os licitantes ofertantes de propostas de preços até 10% superiores a menor proposta, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

10.8. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade da proposta escrita de menor preço com o parâmetro de preço definido no item 11, bem como sua exequibilidade;

10.10. O pregoeiro abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais, por item, até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;

10.11. Não serão aceitos lances cujos valores forem iguais ou maiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado.

10.12. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais relativos a este item, ficando sua última proposta registrada para classificação definitiva ao final da etapa;

10.13. O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.14. Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro procederá à classificação definitiva das propostas, que será consubstanciada em ata;

10.15. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

10.15.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

10.16. Dentre as microempresas ou empresas de pequeno porte, a que melhor estiver classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

10.16.1. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

10.16.2. Se houver equivalência de valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem “10.15.1” ou “10.16.1” conforme o caso, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

10.16.2.1. Entende-se por equivalência dos valores das propostas, as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

10.17. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

10.18. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem “10.16.1”;

10.18.1. Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances;

10.19. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação do proponente classificado em primeiro lugar;

10.20. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante classificado e habilitado será declarado vencedor;

10.21. Se o licitante desatender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

10.22 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação dos memoriais do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes franqueada vista imediata dos autos;

10.22.1. Os recursos interpostos e/ou contrarrazões deverão ser protocolados no Departamento de Compras, das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira;

10.23. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.24. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante conforme previsto no subitem “10.23” importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do(s) objeto(s) licitado(s) pelo pregoeiro ao vencedor.

10.25. Decididos, quando for o caso, os recursos, o pregoeiro declarará o vencedor da licitação, encaminhando os autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, adjudicação do objeto e convocação do licitante vencedor para assinatura do Registro de Preços;

10.26. Quando o licitante vencedor da ata de registro de preços, convocado dentro do prazo de validade da proposta, recusar-se a assiná-la ou não apresentar situação regular no ato de assinatura desta, poderá ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o ajuste, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

10.27. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes desclassificados e dos classificados não declarados vencedores permanecerão sob custódia da Administração, até expirar a data de validade das propostas;

10.28. Decorrido o prazo estabelecido no subitem antecedente, as licitantes deverão, mediante requerimento próprio, retirar os envelopes, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após o qual os mesmos serão eliminados;

10.29. Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras em partes essenciais, e desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

10.30. Nas situações previstas nos subitens “10.22” e “10.26”, o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

DO JULGAMENTO

11. O julgamento do certame se dará pelo critério de **MENOR PREÇO POR GLOBAL.**

RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12. Além do recurso administrativo já referido neste Edital, dos atos administrativos decorrentes do processamento desta licitação caberão os recursos previstos pelo Decreto Municipal nº. 6783/05 e pela Lei Federal nº. 8.666/93 observados os procedimentos aqui previstos.

DA HOMOLOGAÇÃO

13. A homologação do presente certame compete ao Ordenador da Despesa da Secretaria Interessada, de acordo com Decreto nº. 7841/13, o que ocorrerá logo após o julgamento e após o decurso dos prazos recursais ou a decisão dos recursos eventualmente interpostos.

13.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga a Administração a aquisição do objeto licitado.

DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14. CONDIÇÕES GERAIS:

14.1 Encerrados os trabalhos deste Pregão, deverá ser firmada no Departamento de Compras (Setor de Contratos) a Ata de Registro de Preços, entre o Município de Mauá, através da Secretaria de Segurança Alimentar e o detentor da ata, nos termos e condições deste Edital e cuja minuta é parte integrante do presente instrumento, ANEXO III, devendo ser recolhido a importância no valor de R\$ 111,98, referente a taxa para elaboração e lavratura de termos, conforme Decreto Nº. 7905 de 27/12/2013;

14.2. Será vedada a contratação de empresas quando:

14.2.1. **Estejam declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar com o Poder Público;**

14.3. A ata de registro de preços deverá ser firmada por representante legal da empresa vencedora do certame ou por procurador com poderes para tal, mediante comprovação através de contrato social ou instrumento equivalente e procuração, respectivamente, juntamente com cópia de cédula de identidade do signatário;

14.4. O vencedor convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da comunicação, fax ou telegrama, para assinar a ata de registro de preços e a entrega deverá ser conforme condições estabelecidas no Anexo I;

14.5. Caso algum produto de uma determinada marca, tenha a sua comercialização suspensa pelos órgãos oficiais ou deixe de apresentar suas qualidades iniciais, deverá ser apresentado novo produto com as mesmas características e especificações e condições contratuais iniciais, para prévia autorização de substituição;

14.6. Local de entrega: conforme condições estabelecidas no Anexo I;

14.7. A recusa injustificada do vencedor em atender o disposto na alínea anterior caracterizará descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-o à multa prevista no item “17” deste Edital, sem prejuízo das demais sanções legais;

14.8. Na ocorrência da hipótese prevista na alínea anterior aplicar-se-á o disposto no subitem “10.24”;

14.9. Os produtos deverão ser entregues de acordo com os padrões de acondicionamento, manuseio, transporte, observadas as regras específicas fixadas no presente edital e na Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente;

14.10. Os produtos serão recebidos provisoriamente, sendo liberado o canhoto de recebimento. Dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a entrega, será verificada a conformidade do produto com as especificações, quantidades e preço correspondentes;

14.11. A aceitação definitiva dar-se-á em até 48 (quarenta e oito) horas, quando a Nota Fiscal será atestada por servidor/comissão devidamente credenciado para este fim;

14.12. Caso os produtos apresentem irregularidades, especificações incorretas ou estejam fora dos padrões determinados, a unidade recebedora os devolverá para regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. O atraso na substituição dos mesmos acarretará a suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas no edital;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

14.13. Não será admitida a entrega dos produtos pelo detentor da ata de registro de preços sem que este esteja de posse da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente;

14.14. Nos termos do artigo 54, da Lei Federal nº. 8.666/93 e pelos Decretos Municipais nº. 5699/97, 6783/05 e 7273/09, a Ata de Registro de Preços rege-se pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

14.15. Durante a execução do ajuste os locais de entrega poderão ser alterados, excluídos e/ou acrescidos de novos outros sempre no Município de Mauá;

14.16. Se, por ocasião da formalização da ata de registro de preços, as certidões de regularidade de débito do adjudicatário perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Prefeitura verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção de tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

14.16.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 14.16, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazo de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar;

14.17. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar previamente a assinatura da ata de registro de preços ou instrumento equivalente, a regularidade fiscal, no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

14.17.1. Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, retomar-se-ão os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem "10.15.1".

14.17.2. Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atender aos requisitos deste edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação;

14.18. Quando o adjudicatário convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 14.16, ou se recusar a assinar a ata de registro de preço, será convocado outro licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à assinatura de registro de preços;

14.19 Os preços registrados não sofrerão reajuste pelo período da contratação, conforme legislação federal em vigor.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15. O pagamento será realizado em 30 dias, contados da data do atesto da nota fiscal e/ou do recebimento definitivo dos produtos pela unidade de destino dos mesmos, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/comissão encarregada do recebimento.

15.1. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte do detentor da ata de registro de preços, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

15.2. O pagamento será efetuado, através de ordem de pagamento creditada na conta bancária do detentor da Ata de Registro de Preços.

15.3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para regularização, e seu vencimento ocorrerá a partir da data de sua validação.

15.4. Não serão autorizadas antecipações de pagamento de qualquer espécie.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16. O preço registrado será cancelado quando se mantiver incompatível ao praticado no mercado, observada as regras estabelecidas pelos Decretos Municipais nºs. 5.699/97 e 7.273/09;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

16.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei nº. 8.666, de 23 de junho de 1993, observadas as regras específicas estabelecidas pelos Decretos Municipais nºs. 5.699/97 e 7.273/09.

16.2 Compete à Secretaria Gestora da Ata decidir acerca do cancelamento do registro de preços e/ou da rescisão da ata de registro de preços.

DAS PENALIDADES

17. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inadequado ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, estará sujeito à aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no artigo 7º da Lei nº. 10.520/02, observados os procedimentos contidos no Decreto Municipal nº. 6783/05, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata de registro de preços e nas demais cominações legais.

18. Pela injustificada inexecução parcial ou total do objeto deste, serão aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.1. Advertência;

18.2. Multa:

a) Multa pela recusa da CONTRATADA em aceitar o pedido de fornecimento sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, no valor equivalente a 20% do valor adjudicado;

b) A Multa pela inexecução parcial da ata de registro de preços, no valor equivalente a 10% sobre a parcela inexecutada, podendo o CONTRATANTE autorizar a continuação do mesmo;

c) Multa pela inexecução total da ata de registro de preços no valor equivalente a 20% sobre o valor da ata de registro de preços;

d) Multa no valor equivalente a 10% do valor total da ata de registro de preços se o produto for de má qualidade ou em desacordo com as especificações propostas e aceitas pelo CONTRATANTE;

e) Multa por atraso na entrega no valor equivalente a 0,5% do valor total da nota de empenho, para cada dia de atraso, não podendo ultrapassar a 20%;

18.3. Suspensão temporária de participar em licitação impedimento de contratar com a administração, conforme o disposto artigo 7º da Lei federal nº. 10.520/02, observados os procedimentos contidos no Decreto municipal nº. 6783/05;

18.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

19. As multas são independentes entre si. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como das demais penalidades previstas em lei.

20. O valor das multas aplicadas poderá ser deduzido do pagamento da nota fiscal ou de garantia prestada nos termos do Artigo 56, da Lei Federal nº. 8.666/93, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.

20.1. Caso não haja nota fiscal pendente de pagamento ou prestação de garantia, a empresa será notificada a efetuar o pagamento administrativamente, ou, havendo resistência, a cobrança dar-se-á judicialmente.

21. De acordo com a legislação federal em vigor, a empresa deverá cumprir integralmente o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que veda a participação nesta Licitação de empresas que empreguem, para fins de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. A constatação, a qualquer tempo, do uso de mão de obra infantil pela licitante que vier a ser contratada ensejará a rescisão da ata de registro de preços, sem qualquer ônus para a P.M.M.

22. Perda da garantia oferecida, se houver, em caso de culpa pela rescisão contratual.

23. Constatada a inexecução contratual ou a hipótese do subitem 13, será a contratada intimada da intenção da Prefeitura quanto a aplicação da penalidade, concedendo-se prazo para interposição de defesa prévia, nos termos do artigo 87, §2º e §3º da Lei nº. 8.666/93.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

24. Não sendo apresentada a defesa prévia pela contratada, ou havendo o indeferimento da mesma quando interposta, a Prefeitura providenciará a notificação da contratada quanto a aplicação da penalidade, abrindo-se prazo para interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 19, I, "f" da Lei nº. 8.666/93.

25. Além das expressas do Edital, poderão ser interpostas outras penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal 10.520/02 e nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme a gradação da falta cometida.

26. A inexecução total ou parcial da ata de registro de preços poderá ensejar sua rescisão, nos casos enumerados no artigo 78, no modo previsto pelo artigo 79, com as conseqüências previstas no artigo 80, todos da Lei Federal nº. 8.666/93.

27. A Contratada estará sujeita ainda, às penalidades descritas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93.

RECURSOS ADMINISTRATIVOS

28. Além do recurso administrativo já referido neste Edital, dos atos administrativos decorrentes do processamento desta licitação caberão os recursos previstos pelo Decreto Municipal nº. 6783/05 e pela Lei Federal nº. 8.666/93 observados os procedimentos neles previstos.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

29. A presente ata de registro de preços poderá ser rescindida: a) unilateralmente, nas hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da lei federal nº. 8666/93; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicial nos termos da legislação.

30. Nos casos de rescisão administrativa, ficam asseguradas ao contratante as prerrogativas previstas nos incisos I a IV, do artigo 80, da lei supracitada.

DISPOSIÇÕES GERAIS

31. O detentor da Ata de Registro de Preços fica obrigado durante sua vigência, a atender a todos os pedidos de fornecimento efetuados;

32. Será pago o preço vigente na data em que a Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente for entregue ao detentor da ata de registro de preços, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de qualquer revisão de preço deferida nesse intervalo de tempo.

33. A recusa do detentor da ata de registro de preços em receber o pedido no prazo estipulado no item "13", caracterizará inexecução total e acarretará a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

34. O detentor da ata de registro de preços deverá comunicar ao Município toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

35. O presente pregão poderá ser anulado ou revogado, sempre mediante despacho motivado, sem que caiba a qualquer licitante direito à indenização.

36. As quantidades indicadas no presente Edital são estimadas e servem como mera referência, podendo a Administração aumentá-las observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido em lei, de acordo com sua necessidade ou no caso da adesão de outras unidades à Ata de Registro de Preços.

37. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital o interessado que não se manifestar até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da sessão do pregão, o que caracterizará aceitação de todos os seus termos e condições. Qualquer manifestação posterior que venham a apontar falha ou irregularidades que o viciariam não terá efeito de recurso perante a Administração.

38. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o interessado de participar do processo licitatório.

39. As despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias indicadas na Ata de Registro de Preços constante do Anexo III, para o exercício vigente e para o exercício posterior.

40. O aperfeiçoamento da Ata de registro de preços é condicionado à existência de recursos suficientes para suportar as despesas pretendidas;

41. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto licitado, a associação do detentor da ata de registro de preços com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do Município.

42. A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplência por parte do detentor da Ata de Registro de Preços não importará de forma alguma em alteração contratual ou novação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

43. É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
44. O presente Edital, seus anexos e a proposta vencedora farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
45. Os interessados em obter a planilha de preço médio dos itens cotados deverão protocolar requerimento e remetê-lo ao Departamento de Compras em até 48(quarenta e oito horas) antes da data do certame.
46. **Impugnações** ao Edital só serão aceitas por escrito e protocoladas no Departamento de Compras, das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas, não serão aceitas impugnações enviadas por fax, e-mail e via correio.
47. **Questionamentos** a serem feitos sobre este edital só serão aceitos por escrito e desde que encaminhados ao Departamento de Compras, no horário das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas.
48. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
49. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
50. Não havendo expediente na data designada para a realização da sessão pública, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja decisão e comunicação do pregoeiro em contrário.
51. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura.
52. Os servidores que integram a Comissão de Pregão foi constituída pelas Portarias nº.s 10.441/2013 e 10.541/2013.
53. As partes elegerão o Foro da Comarca de Mauá para qualquer procedimento administrativo ou judicial decorrente do processamento desta licitação e do descumprimento da ata de registro de preços dela originado.
54. Este edital contém as condições gerais do procedimento licitatório que em conjunto com os elementos específicos, contidos nos Anexos que o integram, regerão a licitação e a contratação específica.

Mauá, 02 de dezembro de 2014 .

Jaqueline Aparecida Silva Alves Corrêa
Coordenadora de Gestão Administrativa



ANEXO I
DESCRIÇÃO DO OBJETO

OBJETO: O presente Pregão tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KIT LANCHE.

Item	Código	Unidade	Quantidade Estimada		Descrição do Kit Lanche
			Mês	Ano	
01	2255	Unidade	62.760 (doze mil, setecentos e sessenta)	627.600 (cento e vinte e sete mil e seiscentos)	- 01 lanche Recheado - 01 Bebida - 01 Sobremesa - 01 Guardanapo papel Conforme modelo, per capta e incidência descrito abaixo.

LANCES: A REDUÇÃO DE LANCE SERÁ DE 0,5% APLICADO SOBRE O MENOR PREÇO DENTRE AS PROPOSTAS APRESENTADAS E ASSIM SUCESSIVAMENTE.

Modelo do Cardápio do Kit Lanche

1	PÃO DE HOT DOG COM PRESUNTO MAGRO E QUEIJO MUSSARELA
Segunda - feira	1 pão para hot dog com no mínimo 50g recheado com no mínimo 15g de presunto magro e no mínimo 15g de queijo tipo mussarela, embalado com plástico Bopp no sistema flow Pack, indicando data de fabricação e validade; 1 suco néctar de frutas, sabor caju, em embalagem tetra pak com no mínimo 200ml e canudo acoplado; 1 pacote de biscoito integral tipo lanche em embalagem individual, com no mínimo 27 g; 1 guardanapo de papel com dimensão mínima de 20 x 20cm embalado individualmente.
2	PÃO DE HOT DOG COM PEITO DE PERU E QUEIJO PRATO
Terça - feira	1 pão para hot dog com no mínimo 50g recheado com no mínimo 15g de peito de peru e no mínimo 15g de queijo prato, embalado com plástico Bopp no sistema flow Pack, indicando data de fabricação e validade; 1 suco néctar de frutas, sabor morango, em embalagem tetra pak com no mínimo 200ml e canudo acoplado; 1 fruta maçã higienizada e embalada individualmente pesando no mínimo 120g; 1 guardanapo de papel com dimensão mínima de 20 x 20cm embalado individualmente.
3	PÃO DE HOT DOG COM MORTADELA
Quarta - feira	1 pão para hot dog com no mínimo 50g recheado com no mínimo 30g de mortadela, embalado com plástico Bopp no sistema flow Pack, indicando data de fabricação e validade; 1 bebida láctea sabor chocolate, em embalagem tetra pak com no mínimo 200ml e canudo acoplado; 1 mini bolo embalado individualmente, sabor laranja, pesando no mínimo 33g; 1 guardanapo de papel com dimensão mínima de 20 x 20cm embalado individualmente.
4	PÃO DE HOT DOG COM SALAME E QUEIJO BRANCO
Quinta - feira	1 pão para hot dog com mínimo 50g recheado com no mínimo 15g de salame e no mínimo 15g de queijo branco, embalado com plástico Bopp no sistema flow Pack, indicando data de fabricação e validade; 1 suco néctar de frutas, sabor maçã, em embalagem tetra pak com no mínimo 200ml e canudo acoplado; 1 barra de cereal, sabor castanha do pará e ameixa, pesando no mínimo 25g; 1 guardanapo de papel com dimensão mínima de 20 x 20cm embalado individualmente.
5	PÃO DE HAMBURGUER COM PRESUNTO MAGRO E QUEIJO PRATO
Sexta - feira	- 1 pão para hamburguer com no mínimo 50g, recheado com no mínimo 15g de presunto magro, mínimo 15g de queijo tipo prato e embalado com plástico Bopp no sistema flow Pack, indicando



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

data	de	fabricação	e	validade;
1 suco néctar de frutas, sabor goiaba, em embalagem tetra pak com no mínimo 200ml e canudo acoplado;				
1 fruta banana higienizada e embalada individualmente pesando no mínimo 120g;				
1 guardanapo de papel com dimensão mínima de 20 x 20cm embalado individualmente.				

Condições contratuais

- 1 - Contrato para fornecimento de kit lanche, composto de 4 (quatro) itens, sendo lanche, bebida, sobremesa e guardanapo de papel para o EJA - Educação de Jovens e Adulto e projetos para atendimento da Educação Básica no Município além das atividades das Secretarias Municipais, durante o período de 12 (doze) meses.
- 2 - Os pães recheados deverão ser fornecidos individualmente embalados, lacrados em plástico BOPP no sistema FLOW PACK com validade de 2 (dois) a 3 (três) dias e, devendo apresentar composição nutricional, de acordo com legislação vigente;
- 3 - Todas as bebidas deverão vir acompanhadas de 01 (um) canudo;
- 4 - Os 4 (quatro) itens do kit, deverão estar acondicionadas em embalagem secundária conforme descrições:
 - 4.1 - Em saco plástico (polipropileno) transparente em tamanho apropriado, hermeticamente fechado. A embalagem terciária deverá ser em caixa de papelão devidamente rotuladas conforme legislação vigente, para melhor acondicionado das embalagens secundárias.
- 5 - As entregas deverão ser realizadas diariamente, diretamente nas unidades educacionais (conforme relação de endereços abaixo), sendo que a quantidade será estabelecida pela Secretaria de Segurança Alimentar, até 24 (vinte e quatro) horas ao dia anterior à entrega.
- 6 - Caso não ocorra, os produtos entregues posteriormente, não serão pagos. Na falta do produto estabelecido no cronograma, cabe ao fornecedor comunicar, em até 24 (vinte e quatro) horas do dia anterior ao da entrega dos alimentos, os produtos que serão substituídos dentro dos critérios estabelecidos no edital e indicados pelo Departamento de Alimentação Escolar.
- 7 - As frutas deverão vir já higienizadas e embaladas individualmente em sacos de BOPP transparente, atóxico lacrados e rotulados conforme legislação vigente prontas para consumo.
- 8 - A empresa vencedora deverá enviar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, 02 (duas) amostras de cada kit, devidamente embaladas e identificadas com o nome da empresa proponente, na qual serão submetidos à análise da equipe técnica da Secretaria de Segurança Alimentar; As amostras e as fichas técnicas deverão ser entregues na Prefeitura de Mauá/Departamento de Compras e Licitações - Avenida João ramalho, nº 205 - 1º andar - Vila Noemia - Mauá/SP;
- 9 - Os produtos industrializados que comporão os itens respectivos deverão ser de boa qualidade obedecendo aos padrões da legislação vigente para a área de alimentos e afins;
- 10 - Os produtos deverão ser rotulados de acordo com a legislação vigente (Anvisa/Ministério da Saúde);
- 11 - A empresa vencedora deverá entregar diariamente 2 (duas) amostras de kit lanches de acordo com o cardápio ora elaborado e estabelecido na Secretaria de Segurança Alimentar.
- 12 - Se durante o decorrer do contrato for constatado baixa aceitação de algum produto que compõe o kit lanche ou se por ventura alguma legislação relacionada vir a ser alterada pela Anvisa ou Ministério da Saúde, fica a critério do órgão competente, ou seja, Prefeitura Municipal de Mauá, solicitar à empresa vencedora a substituição do produto ora referido.
- 13 - A empresa vencedora deverá cumprir o cronograma de entrega e os respectivos locais;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

14 - Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com nome da empresa (Portaria CVS nº15 de 07/11/1991 e Portaria CVS nº5, 09/04/2013).;

15 - Os veículos deverão estar em condições adequadas de higiene e conservação. Apresentarem, quando solicitado, certificado de vistoria do mesmo, expedido pela Secretaria de Vigilância Sanitária. Do lado direito e esquerdo do veículo deverá haver, de forma visível os dizeres: Transporte de Alimentos, nome, endereço, nome da empresa, transporte de perecíveis (Portaria CVS nº15 de 07/11/1991 e Portaria CVS nº5, 09/04/2013).;

16 - A critério do Departamento de Alimentação Escolar serão solicitadas visitas às empresas fornecedoras (fabricante) com a finalidade de avaliar as condições de produção e/ou armazenamento e distribuição do alimento em questão. Caso a empresa contratada não atenda as exigências preconizadas na portaria Portaria CVS nº5, 09/04/2013, esta deverá proceder às adequações necessárias para realizar o objeto desta licitação.

17 - Será de única e exclusiva responsabilidade da contratada, a assunção de quaisquer prejuízos causados por si ou seus empregados à terceiros ou à municipalidade, por conta da execução do objeto contratado.

18 - Todas as despesas com frete, carga, descarga e transporte correrão por conta da Contratada, bem como todos os impostos e taxas incidentes;

19 - A empresa vencedora deverá enviar, no prazo máximo de 24 horas após o julgamento do certame, a proposta com a nova recomposição de preços com os valores iguais ou inferiores aos definidos na etapa de lances. Em caso dos valores serem inferiores, deverá a proposta vir acompanhada de "carta de desconto".

20 - Nas notas fiscais emitidas deverá constar o número da licitação e do contrato, obrigatoriamente.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO KIT LANCHE

LANCHES

PÃO DE HOT DOG COM PRESUNTO MAGRO E QUEIJO MUSSARELA

1. DESCRIÇÃO:

Pão de hot dog: Farinha de trigo especial, açúcar, leite, margarina, vitamina C, ovos, sal e melhorador de farinha, contém glúten.

Presunto cozido: Pernil suíno, água, proteína de soja, plasma suíno, açúcar, espessantes: carragena e goma xantana, estabilizantes: tripolifosfato de sódio e polifosfato de sódio, antioxidante: isoascorbato de sódio, aromatizantes: aromas naturais (com pimenta), conservador: nitrito de sódio, corante natural: carmim de cochonilha. Não contém glúten. Peso líquido mínimo 15 gramas de recheio.

Queijo Mussarela: Leite pasteurizado, cloreto de sódio, sal refinado, fermento lácteo, cloreto de cálcio e coagulante. Peso líquido mínimo 15 gramas de recheio.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO:

2.1 - Pão: O produto como um todo, deverá ser preparado com ingredientes são e limpos, de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, parasita e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão mal queimado ou mal cozido. Será interdito, na panificação, o emprego de farelo de qualquer espécie. Será permitida a fabricação de pão com farinha de trigo enriquecida com vitaminas e sais minerais.

2.2 - ORGANOLÉPTICA

a) Aspecto: próprio

b) Cor: próprio

c) Odor: próprio



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

d) Sabor: próprio

2.3 - Os frios descritos como recheio deverão ser de 1ª (primeira) qualidade, sendo:

2.3.1 Presunto cozido – O presunto deverá ser preparado de pernis suínos sadios, abatidos sob prévia inspeção sanitária. O presunto cozido deverá ser submetido à cocção com adição ou não de condimentos e também convenientemente conservados. Não será permitido o emprego na sua preparação de fermentos proteolíticos. Será considerado impróprio para o consumo o presunto cuja carne se apresentar amolecida, pegajosa, pardo-esverdeada, com cheiro e sabor impróprios, alcalina, ou com outros indícios que denunciem má conservação. Deverá vir sem capa de gordura. O presunto deverá ser manipulado em boas condições de higiene. O presunto não deverá apresentar capa de gordura. Não será aceito apresuntado.

2.3.2 ORGANOLÉPTICA

a) Aspecto: próprio

b) Cor: próprio

c) Odor: próprio

d) Sabor: próprio

2.4 Queijo tipo mussarela – é produto elaborado com leite de vaca, cabra, de ovelha, de búfala ou qualquer combinação de dois ou mais destes leites, de massa filiada, não prensado e exposto ao consumo até 5 dias depois da fabricação preparado com leite integral pasteurizado, de massa semicozida, prensado e maturado, no mínimo vinte dias. A consistência poderá ser semidura, rígida, e a textura fechada, indicando pouco ou nenhuma fermentação.

2.4.1 ORGANOLÉPTICA

a) Aspecto: Massa semidura.

b) Cor: branco-creme, homogênea.

c) Odor: Próprio

d) Sabor: Suave. Levemente salgado, próprio.

3 – EMBALAGEM:

3.1 – EMBALAGEM PRIMÁRIA:

O produto deverá estar acondicionado individualmente em embalagem BOPP no sistema flow Pack, lacrado, transparente, atóxico, resistente.

3.2 – Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deteriorização.

3.3 – A critério do Setor de Alimentação Escolar (S.A.E.) poderão ser propostas embalagens diferentes.

4 – DA ROTULAGEM (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5 – FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 – A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.

6 – LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

6.1 - A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato.

7 – **RESPONSABILIDADES TÉCNICA** (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991 / Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999):

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo com a Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – **APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA** (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – **AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO**

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.

10 – **ENTREGA DO PRODUTO**

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E., conforme cronograma;

10.2 – A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n CVS – 6 de 10/03/1999).

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega.

PÃO DE HOT DOG COM PEITO DE PERU E QUEIJO PRATO

1. DESCRIÇÃO:

Pão de hot dog: Farinha de trigo especial, açúcar, leite, margarida, vitamina C, ovos, sal e melhorador de farinha, contém glúten.

Peito de peru: Carne de ave, água, amido de mandioca, maltodextrina, sal, proteína isolada de soja, espessante carragena, estabilizantes tripolifosfato tetrassódico, especiarias naturais, antioxidante eritorbato de sódio, realçador de sabor glutamato monossódico, conservantes nitrito e nitrato de sódio. Não contém glúten. Peso líquido mínimo 15 gramas de recheio.

Queijo prato: Leite pasteurizado, cloreto de sódio (sal), cloreto de cálcio, fermento lacto e coalho. Peso líquido mínimo 15 gramas de recheio.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO:

2.1 – Pão: O produto como um todo, deverá ser preparado com ingredientes são e limpos, de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, parasita e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão mal queimado ou mal cozido. Será interdito, na panificação, o emprego de farelo de qualquer espécie. Será permitida a fabricação de pão com farinha de trigo enriquecida com vitaminas e sais minerais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

2.2 – ORGANOLÉPTICA

- a) Aspecto: próprio
- b) Cor: próprio
- c) Odor: próprio
- d) Sabor: próprio

2.3 – Os frios descritos como recheio deverão ser de 1ª (primeira) qualidade, sendo:

2.3.1 Peito de peru – deverá ser preparado de aves sadias, abatidas sob prévia inspeção sanitária. O peito de peru deverá ser submetido à cocção com adição ou não de condimentos e também convenientemente conservados. Produto à base de carne de peito de peru, água, amido, proteína de soja, sal refinado, xarope de glicose desidratada, especiarias naturais (cravo e canela) regulador de acidez: lactato de sódio, espessante: carragena, estabilizante: tripolifosfato de sódio e polifosfato de sódio, antioxidante: eritorbato de sódio, realçador de sabor: glutamato monossódico, conservante: nitrito de sódio e nitrato de sódio, corante natural carmim de cochonilha. Não contém glúten.

2.4 Queijo tipo prato – é o produto preparado com leite integral pasteurizado, de massa semicozida, prensado e maturado, no mínimo vinte dias. A consistência poderá ser macia e compacta.

2.4.1 – ORGANOLÉPTICA

- a) Aspecto: pasta semidura, elástica, tendente a macia, de untura manteigosa.
- b) Cor: amarelo-palha, tolerando-se a tonalidade ligeiramente rósea.
- c) Odor: Próprio.
- d) Sabor: Próprio (suave, não picante e quando tiver maturação prolongada, deverá ter sabor mais pronunciado).

3 – EMBALAGEM:

3.1 – EMBALAGEM PRIMÁRIA:

O produto deverá estar acondicionado individualmente em embalagem em atmosfera modificada, lacrado, transparente, atóxico, resistente.

3.2 – Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração.

3.3 – A critério do Setor de Alimentação Escolar (S.A.E.) poderão ser propostas embalagens diferentes.

4 – DA ROTULAGEM (Resolução n.º 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5- FICHA TÉCNICA (Resolução n.º 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 - A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.

6 - LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução N.º01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

6.1 A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato

7 – RESPONSABILIDADES TÉCNICA (Portaria n.ºCVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n.º CVS – 6 de 10/03/1999):



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo com a Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA (Resolução n.º 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.

10 - ENTREGA DO PRODUTO

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E., conforme cronograma;

10.2 - A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria n.º CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n.º CVS – 6 de 10/03/1999).

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria n.º CVS – 15 de 07/11/1991/Portaria n.º CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega.

PÃO DE HOT DOG COM MORTADELA

1- DESCRIÇÃO:

Pão: Água, preparado para panificação (amido de milho, Estearoil 2 Lactil, lactato de cálcio, polissorbato 80, ácido ascórbico, alfa amilase) açúcar refinado, sal, fermento biológico, farinha de trigo, conservador Propionato de Cálcio, margarina. Mortadela: carne mecanicamente separada de aves, carne suína, carne bovina, toucinho, plasma suína, pele suína, água, amido, proteína concentrada de soja, sal, regulador de acidez, lactato de sódio (INS 325), açúcar, temperos, estabilizante polifosfato de sódio (INS45li), conservadores nitrato de sódio (INS250), alho, antioxidante eritorbato de sódio (INS 316), realçador de sabor glutamato monossódico (INS 621). Não contém glúten.

2 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO:

2.1 – Pão: O produto como um todo, deverá ser preparado com ingredientes sãos e limpos, de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, parasita e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão mal queimado ou mal cozido. Será interdito, na panificação, o emprego de farelo de qualquer espécie. Será permitida a fabricação de pão com farinha de trigo enriquecida com vitaminas e sais minerais.

2.2 - ORGANOLÉPTICA

a) Aspecto: próprio

b) Cor: próprio

c) Odor: próprio

d) Sabor: próprio

2.3 - Os frios descritos como recheio deverão ser de 1ª (primeira) qualidade, sendo:

AV. JOÃO RAMALHO, Nº 205, 1º ANDAR, VILA NOÊMIA, MAUÁ, SP, CEP 09371-520,
FONES 4512-7825/7824, CNPJ 46.522.959-0001-98, INSCR. EST. ISENTA, SITE WWW.MAUÁ.SP.GOV.BR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

2.3.1 Mortadela – é produto constituído de da mistura de carne de bovino, suíno, ovino, isoladas ou misturadas, convenientemente trituradas, adicionadas de condimentos e outras substâncias alimentares, embutido em bexiga de bovino, suíno, ovino ou em plásticos apropriados, cozido e defumado. Poderá apresentar no máximo 10% (dez por cento) de cubos de toucinho e no máximo 25 % de umidade. A mortadela deverá ser de primeira qualidade.

2.4. - ORGANOLÉPTICA

- a) Aspecto: próprio.
- b) Cor: própria, sem manchas pardecetes ou esverdeadas.
- c) Odor: Próprio.
- d) Sabor: Próprio.

3 – EMBALAGEM:

3.1 – EMBALAGEM PRIMÁRIA:

O produto deverá estar acondicionado individualmente em embalagem em atmosfera modificada, lacrado, transparente, atóxico, resistente.

3.2 – Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração.

3.3 – A critério do Setor de Alimentação Escolar (S.A.E.) poderão ser propostas embalagens diferentes.

4 – DA ROTULAGEM (Resolução n.º 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5- FICHA TÉCNICA (Resolução n.º 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 - A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.

6 - LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução N.º01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

6.1 A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato

7 – RESPONSABILIDADES TÉCNICA (Portaria n.º CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n.º CVS – 6 de 10/03/1999):

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo coma Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA (Resolução n.º 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

10 - ENTREGA DO PRODUTO

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E. , conforme cronograma;

10.2 - A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria n.º CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n.º CVS – 6 de 10/03/1999).

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria n.º CVS – 15 de 07/11/1991/Portaria n.º CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega.

PÃO DE HOT DOG COM SALAME E QUEIJO BRANCO

1. DESCRIÇÃO:

Pão de hot dog: Farinha de trigo especial, açúcar, leite, margarina, vitamina C, ovos, sal e melhorador de farinha, contém glúten.

Salame: carne suína, carne bovina, toucinho, sal, leite em pó, açúcar, especiarias naturais, glicose, maltodextrina, conservantes: nitrito (INS 250) e nitrato de sódio (INS 251), antioxidantes: eritorbato de sódio (INS 316) e ácido ascórbico (INS 300), aromatizantes naturais, cultura biológica. Não contém glúten. Peso líquido mínimo 15 gramas de recheio.

Queijo branco: produto obtido por processamento tecnológico adequado e de qualidade, a partir do leite pasteurizado, fermento láctico, ácido láctico, coagulante, cloreto de sódio e de cálcio e coalho. Peso líquido mínimo 15 gramas de recheio.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO:

2.1 – Pão: O produto como um todo, deverá ser preparado com ingredientes são e limpos, de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, parasita e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão mal queimado ou mal cozido. Será interdito, na panificação, o emprego de farelo de qualquer espécie. Será permitida a fabricação de pão com farinha de trigo enriquecida com vitaminas e sais minerais.

2.2– ORGANOLÉPTICA

a) Aspecto: próprio

b) Cor: próprio

c) Odor: próprio

d) Sabor: próprio

2.3 – Os frios descritos como recheio deverão ser de 1ª (primeira) qualidade, sendo:

2.3.1 – Salame: é produto constituído da mistura de carne bovina e suína cruas, convenientemente condimentado, embutido em tripas finas de bovino, ovino, caprino ou vitela, em seguida, conforme o tipo, submetido a defumação ou cozimento e dessecação a frio. As carnes usadas no preparo do salame devem ser cortadas em pedaço ou trituradas. Será permitida a adição de toucinho na proporção de 5% a 10%. Será permitido o emprego de carne de terceira de bovino, tal como: acem, peito, pescoço.

2.3.2 – ORGANOLÉPTICA

a) Aspecto: próprio

b) Cor: própria, sem manchas pardecetes ou esverdeadas

c) Odor: próprio



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

d) Sabor: próprio

2.4 – Queijo branco: produto elaborado com leite integral pasteurizado, de massa crua, prensada, maturada, consistência firme.

2.4.1 - ORGANOLÉPTICA

a) Aspecto: próprio

b) Cor: própria, sem manchas pardecidas ou esverdeadas

c) Odor: Próprio

d) Sabor: próprio

3 – EMBALAGEM:

3.1 – EMBALAGEM PRIMÁRIA:

O produto deverá estar acondicionado individualmente em embalagem BOPP no sistema flow Pack, lacrado, transparente, atóxico, resistente.

3.2 – Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deteriorização.

3.3 – A critério do Setor de Alimentação Escolar (S.A.E.) poderão ser propostas embalagens diferentes.

4 – DA ROTULAGEM (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5 – FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 – A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.

6 – LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

6.1 - A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato.

7 – RESPONSABILIDADES TÉCNICA (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991 / Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999):

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo com a Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – AValiação Técnica do Produto

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

10 – ENTREGA DO PRODUTO

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E., conforme cronograma;

10.2 – A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n CVS – 6 de 10/03/1999).

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega.

PÃO DE HAMBURGUER COM PRESUNTO MAGRO E QUEIJO PRATO

1. DESCRIÇÃO:

Pão de hamburguer: Farinha de trigo especial, açúcar, leite, margarida, vitamina C, ovos, sal e melhorador de farinha, contém glúten.

Presunto cozido: Pernil suíno, água, proteína de soja, plasma suíno, açúcar, espessantes: carragena e goma xantana, estabilizantes: tripolifosfato de sódio e polifosfato de sódio, antioxidante: isoascorbato de sódio, aromatizantes: aromas naturais (com pimenta), conservador: nitrito de sódio, corante natural: carmim de cochonilha. Não contém glúten. Peso líquido mínimo 15 gramas de recheio.

Queijo prato: Leite pasteurizado, cloreto de sódio (sal), cloreto de cálcio, fermento lacto e coalho. Peso líquido mínimo 15 gramas de recheio.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO:

2.1– Pão: O produto como um todo, deverá ser preparado com ingredientes são e limpos, de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, parasita e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão mal queimado ou mal cozido. Será interdito, na panificação, o emprego de farelo de qualquer espécie. Será permitida a fabricação de pão com farinha de trigo enriquecida com vitaminas e sais minerais.

2.2 – ORGANOLÉPTICA

a) Aspecto: próprio

b) Cor: próprio

c) Odor: próprio

d) Sabor: próprio

2.3 – Os frios descritos como recheio deverão ser de 1ª (primeira) qualidade, sendo:

2.3.1 Presunto cozido – O presunto deverá ser preparado de pernis suínos sadios, abatidos sob prévia inspeção sanitária. O presunto cozido deverá ser submetido à cocção com adição ou não de condimentos e também convenientemente conservados. Não será permitido o emprego na sua preparação de fermentos proteolíticos. Será considerado impróprio para o consumo o presunto cuja carne se apresentar amolecida, pegajosa, pardo-esverdeada, com cheio e sabor impróprios, alcalina, ou com outros indícios que denunciem má conservação. Deverá vir sem capa de gordura. O presunto deverá ser manipulado em boas condições de higiene. O presunto não deverá apresentar capa de gordura. Não será aceito apresuntado.

2.3.2 ORGANOLÉPTICA

a)Aspecto: próprio

b) Cor: próprio



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

- c) Odor: próprio
- d) Sabor: próprio

2.4 Queijo tipo prato – é o produto preparado com leite integral pasteurizado, de massa semicozida, prensado e maturado, no mínimo vinte dias. A consistência poderá se macia e compacta.

2.4.1 – ORGANOLÉPTICA

- a) Aspecto: pasta semidura, elástica, tendente a macia, de untura manteigosa.
- b) Cor: amarelo-palha, tolerando-se a tonalidade ligeiramente rósea.
- c) Odor: Próprio.
- d) Sabor: Próprio (suave, não picante e quando tiver maturação prolongada, deverá ter sabor mais pronunciado).

3 – EMBALAGEM:

3.1 – EMBALAGEM PRIMÁRIA:

O produto deverá estar acondicionado individualmente em embalagem em atmosfera modificada, lacrado, transparente, atóxico, resistente.

3.2 – Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração.

3.3 – A critério do Setor de Alimentação Escolar (S.A.E.) poderão ser propostas embalagens diferentes.

4 – DA ROTULAGEM (Resolução n.º 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5- FICHA TÉCNICA (Resolução n.º 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 - A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.

6 - LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução N.º01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

6.1 A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato

7 – RESPONSABILIDADES TÉCNICA (Portaria n.º CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n.º CVS – 6 de 10/03/1999):

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo coma Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA (Resolução n.º 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

10 - ENTREGA DO PRODUTO

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E. , conforme cronograma;

10.2 - A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria n.º CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n.º CVS – 6 de 10/03/1999).

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria n.º CVS – 15 de 07/11/1991/Portaria n.º CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega

SUCO NÉCTAR DE FRUTA – SABOR GOIABA

1 – DESCRIÇÃO:

Néctar é a bebida não fermentada, obtida da dissolução, em água potável, da parte comestível da fruta e açúcares, destinado ao consumo direto, podendo ser adicionada de ácidos.

2 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO:

Tetra brik aseptic composta pelas seguintes camadas: 1 – Polietileno (camada de proteção contra a umidade exterior), 2 – Papel (camada de estabilidade e resistência), 3 – Polietileno (camada de aderência), 4 – Folha de alumínio (barreira contra oxigênio e luz – proteção ao aroma), 5 – Polietileno (camada de aderência), 6 – Polietileno (proteção do líquido).

Composição: Água, açúcar, suco de goiaba concentrado, vitamina C, acidulante ácido cítrico, espessante goma xantana, estabilizante carboximetilcelulose sódica, aroma natural de goiaba, antioxidante ácido ascórbico, corante natural carmim de cochonilha. Não contém glúten.

Conteúdo líquido: 200ml com canudo acoplado.

2.1 - ORGANOLÉPTICA

a) Aspecto: próprio/líquido

b) Cor: própria.

c) Odor: Próprio

d) Sabor: próprio.

3 – EMBALAGEM:

3.1 – EMBALAGEM PRIMÁRIA:

O produto deverá estar acondicionado em embalagem tetra pak, estéreis, hermeticamente fechados, devendo conter 200ml cada, com 01 canudo.

3.2 – Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deteriorização.

3.3 – A critério do Setor de Alimentação Escolar (S.A.E.) poderão ser propostas embalagens diferentes.

4 – DA ROTULAGEM (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5 – FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 – A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

6 – LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

6.1 - A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato.

7 – RESPONSABILIDADES TÉCNICA (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991 / Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999):

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo com a Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.

10 – ENTREGA DO PRODUTO

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E., conforme cronograma;

10.2 – A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n CVS – 6 de 10/03/1999).

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega

SUCO NÉCTAR DE FRUTA – SABOR CAJÚ

1 – DESCRIÇÃO:

Néctar é a bebida não fermentada, obtida da dissolução, em água potável, da parte comestível da fruta e açúcares, destinado ao consumo direto, podendo ser adicionada de ácidos.

2 – CARACTERÍSTICA GERAIS DO PRODUTO:

2.1 - Tetra brik aseptic composta pelas seguintes camadas: 1 – Polietileno (camada de proteção contra a umidade exterior), 2 – Papel (camada de estabilidade e resistência), 3 – Polietileno (camada de aderência), 4 – Folha de alumínio (barreira contra oxigênio e luz – proteção ao aroma), 5 – Polietileno (camada de aderência), 6 – Polietileno (proteção do líquido). Composição: Água, açúcar, suco de caju concentrado, vitamina C, acidulante ácido cítrico, aroma natural de caju, estabilizante carboximetilcelulose sódica, espessante goma xantana, conservador dióxido de enxofre, antioxidante ácido ascórbico. Não contém glúten.

Conteúdo líquido: 200ml com canudo acoplado.

2.2 - ORGANOLÉPTICA

AV. JOÃO RAMALHO, Nº 205, 1º ANDAR, VILA NOÊMIA, MAUÁ, SP, CEP 09371-520,
FONES 4512-7825/7824, CNPJ 46.522.959-0001-98, INSCR. EST. ISENTA, SITE WWW.MAUA.SP.GOV.BR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

a) Aspecto: próprio/líquido

b) Cor: própria.

c) Odor: Próprio

d) Sabor: próprio.

3 – EMBALAGEM:

3.1 – EMBALAGEM PRIMÁRIA:

O produto deverá estar acondicionado em embalagem tetra pak, estéreis, hermeticamente fechados, devendo conter 200ml cada, com 01 canudo.

3.2 – Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deteriorização.

3.3 – A critério do Setor de Alimentação Escolar (S.A.E.) poderão ser propostas embalagens diferentes.

4 – DA ROTULAGEM (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5 – FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 – A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.

6 – LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

6.1 - A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato.

7 – RESPONSABILIDADES TÉCNICA (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991 / Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999):

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo com a Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.

10 – ENTREGA DO PRODUTO

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E., conforme cronograma;

10.2 – A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n CVS – 6 de 10/03/1999).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega

SUCO NÉCTAR DE FRUTA – SABOR MORANGO

1 - DESCRIÇÃO:

Néctar é a bebida não fermentada, obtida da dissolução, em água potável, da parte comestível da fruta e açúcares, destinado ao consumo direto, podendo ser adicionada de ácidos.

2 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO:

2.1 - Tetra brik aseptic composta pelas seguintes camadas: 1 – Polietileno (camada de proteção contra a umidade exterior), 2 – Papel (camada de estabilidade e resistência), 3 – Polietileno (camada de aderência), 4 – Folha de alumínio (barreira contra oxigênio e luz – proteção ao aroma), 5 – Polietileno (camada de aderência), 6 – Polietileno (proteção do líquido).

Composição: Água, açúcar, suco de morango concentrado, vitamina C, acidulante ácido cítrico, estabilizantes goma guar e carboximetilcelulose sódica, aroma natural de morango, antioxidante ácido ascórbico, corante natural carmim de cochonilha. Não contém glúten.

Conteúdo líquido: 200ml com canudo acoplado.

2.2 - ORGANOLÉPTICA

a) Aspecto: próprio/líquido

b) Cor: própria.

c) Odor: Próprio

d) Sabor: próprio.

3 – EMBALAGEM:

3.1 – EMBALAGEM PRIMÁRIA:

O produto deverá estar acondicionado em embalagem tetra pak, estéreis, hermeticamente fechados, devendo conter 200ml cada, com 01 canudo.

3.2 – Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deteriorização.

3.3 – A critério do Setor de Alimentação Escolar (S.A.E.) poderão ser propostas embalagens diferentes.

4 – DA ROTULAGEM (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5 – FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 – A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.

6 – LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

6.1 - A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

7 – RESPONSABILIDADES TÉCNICA (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991 / Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999):

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo com a Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.

10 – ENTREGA DO PRODUTO

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E., conforme cronograma;

10.2 – A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n CVS – 6 de 10/03/1999).

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega

SUCO NÉCTAR DE FRUTA – SABOR MAÇÃ

1 - DESCRIÇÃO:

Néctar é a bebida não fermentada, obtida da dissolução, em água potável, da parte comestível da fruta e açúcares, destinado ao consumo direto, podendo ser adicionada de ácidos.

2 – CARACTERÍSTICA GERAIS DO PRODUTO:

2.1 - Tetra brik aseptico composta pelas seguintes camadas: 1 – Polietileno (camada de proteção contra a umidade exterior), 2 – Papel (camada de estabilidade e resistência), 3 – Polietileno (camada de aderência), 4 – Folha de alumínio (barreira contra oxigênio e luz – proteção ao aroma), 5 – Polietileno (camada de aderência), 6 – Polietileno (proteção do líquido).

Composição: Água, açúcar, suco de maçã concentrado, vitamina C, acidulante ácido cítrico, espessante goma xantana, estabilizante goma guar, aroma natural de maçã, antioxidante ácido ascórbico. Não contém glúten.

Conteúdo líquido: 200ml com canudo acoplado.

2.2 - ORGANOLÉPTICA

a) Aspecto: próprio/líquido

b) Cor: própria.

c) Odor: Próprio

d) Sabor: próprio.

3 – EMBALAGEM:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

3.1 – EMBALAGEM PRIMÁRIA:

O produto deverá estar acondicionado em embalagem tetra pak, estéreis, hermeticamente fechados, devendo conter 200ml cada, com 01 canudo.

3.2 – Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deteriorização.

3.3 – A critério do Setor de Alimentação Escolar (S.A.E.) poderão ser propostas embalagens diferentes.

4 – DA ROTULAGEM (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5 – FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 – A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.

6 – LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

6.1 - A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato.

7 – RESPONSABILIDADES TÉCNICA (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991 / Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999):

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo com a Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.

10 – ENTREGA DO PRODUTO

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E., conforme cronograma;

10.2 – A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n CVS – 6 de 10/03/1999).

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega



Bebida láctea sabor chocolate

1 - DESCRIÇÃO:

Produto obtido através da pré-mistura de ingredientes ao leite, seguida de esterilização a temperatura de 145 C/2 a 4 segundos e posterior envase do produto em ambiente asséptico utilizando embalagem cartonada.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO:

2.1 - Leite pasteurizado, soro de leite, açúcar, creme de leite, cacau em pó alcalino, espessante amido modificado, estabilizante (celulose microcristalina, carboximetilcelulose e carragena), extrato de malte, pré mistura de vitaminas, aroma idêntico ao natural de baunilha, estabilizantes (fosfatos de sódio e citrato de sódio), sal e aroma idêntico ao natural de avelã.

2.2 - ORGANOLÉPTICA

a)Aspecto: próprio/líquido

b)Cor: própria.

c)Odor: Próprio

d)Sabor: próprio.

3 – EMBALAGEM:

3.1 – EMBALAGEM PRIMÁRIA:

O produto deverá estar acondicionado em embalagem tetra pak, estéreis, hermeticamente fechados, devendo conter 200ml cada, com 01 canudo.

3.2 – Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deteriorização.

3.3 – A critério do Setor de Alimentação Escolar (S.A.E.) poderão ser propostas embalagens diferentes.

4 – DA ROTULAGEM (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5 – FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 – A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.

6 – LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

6.1 - A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato.

7 – RESPONSABILIDADES TÉCNICA (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991 / Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999):

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo com a Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.

10 – ENTREGA DO PRODUTO

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E., conforme cronograma;

10.2 – A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n CVS – 6 de 10/03/1999).

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega.

BISCOITO SALGADO INTEGRAL:

1 – DESCRIÇÃO:

Produzida a partir de matérias primas sãs e limpas, ausência de insetos e outros animais em qualquer fase de desenvolvimento, vivos ou mortos, inteiros ou em partes, parasitos, sujidades e objetos rígidos, pontiagudos e / ou cortantes. tendo como composição básica os seguintes elementos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar, sal refinado, extrato de malte, fermentos químicos e acidulantes.

2 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO:

2.1 - Aparência: massa bem assada, sem recheio e sem cobertura.

2.2 - Cor: próprio. odor: próprio. sabor: próprio. validade mínima: 12(doze) meses.

3- EMBALAGEM:

3.1 – EMBALAGEM PRIMÁRIA:

Filme composto de polipropileno biorientado, impresso destinado a entrar em contato com alimentos, com peso líquido de 27 (vinte e sete) gramas.

3.2 – EMBALAGEM SECUNDÁRIA:filme composto de polipropileno biorientado, impresso destinado a entrar em contato com alimentos, **contendo 27 (vinte e sete) gramas.**

3.3–EMBALAGEM TERCIÁRIA: caixa de papelão reforçado adequado ao empilhamento recomendado com abas superiores e inferiores lacradas com fita adesiva plastificada, identificada com o nome da empresa, resistente a danos durante o transporte ou armazenamento, garantindo a integridade do produto durante todo o seu período de validade pesando de 02a 04 kg.

valores nutricionais exigidos em uma porção de 27g:-mínimo de calorias: 120 cal; -mínimo de carboidratos: 15 g; -mínimo de proteínas: 2,6 g; -máximo de gorduras totais: 5,5 g;-máximo de gorduras saturadas: 2,5 g; -mínimo de fibraalimentar: 0,6 g; -gorduras trans: ausente; -máximo de sódio: 230 mg.

4 – DA ROTULAGEM (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

AV. JOÃO RAMALHO, Nº 205, 1º ANDAR, VILA NOÊMIA, MAUÁ, SP, CEP 09371-520,
FONES 4512-7825/7824, CNPJ 46.522.959-0001-98, INSCR. EST. ISENTA, SITE WWW.MAUA.SP.GOV.BR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

5 – FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 – A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.

6 – LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

6.1 - A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato.

7 – RESPONSABILIDADES TÉCNICA (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991 / Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999):

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo com a Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.

10 – ENTREGA DO PRODUTO

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E., conforme cronograma;

10.2 – A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n CVS – 6 de 10/03/1999).

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega.

FRUTAS DIVERSAS	
Descrição	Frutas diversas, destinadas ao consumo in natura, com teores de açúcar e acidez compatíveis com esse fim.
Relação de Frutas Diversas	Banana, maçã



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

Características Gerais	<p>As frutas próprias para o consumo devem ser procedentes de espécies genuínas e sãs e satisfazer as seguintes condições mínimas:</p> <p>Serem frescas e sãs;</p> <p>Terem atingido o grau máximo de maturação que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e o armazenamento em condições adequadas para o consumo no prazo a ser definido pela CONTRATANTE.</p> <p>Terem atingido o perfeito estado de desenvolvimento para sua espécie e variedade, para fins comerciais;</p> <p>Não estarem golpeadas ou danificadas por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica que afetem sua aparência; a polpa e o pedúnculo (quando houver) deverão se apresentar intactos e firmes;</p> <p>Estarem isentas de:</p> <p>substâncias terrosas;</p> <p>sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;</p> <p>parasitos, larvas e outros animais (nos produtos e/ou embalagens);</p> <p>umidade externa anormal;</p> <p>resíduos de defensivos agrícolas e/ou outras substâncias tóxicas;</p> <p>odores e sabores estranhos;</p> <p>enfermidades.</p>
Legislação	<p>As frutas devem estar de acordo com as normas do "Programa Brasileiro Para a Melhoria dos Padrões Comerciais e Embalagens de Hortigranjeiros" - CEAGESP e com a legislação vigente, especialmente: Lei nº 9.972 de 25/05/00; Decreto nº 6.268, de 22/11/07; Resolução RDC nº 12 de 02/01/01 - ANVISA/MS; Resolução RDC nº 259 de 22/09/02 - ANVISA/MS; Instrução Normativa Conjunta SARC/ANVISA/INMETRO nº 009 de 12/11/02.</p>

BARRA DE CEREAIS – CASTANHA DO PARÁ E AMEIXA

1- DESCRIÇÃO:

Conforme Resolução CNNPA nº 12 de 24/07/1978 é classificado como Cereais e Derivados.

2- CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO:

2.1 - Composição: Xarope de glicose, açúcar, flocos de arroz (farinha de arroz, açúcar, extrato de malte e sal), aveia em flocos, castanha do brasil, ameixa desidratada, gordura vegetal hidrogenada, clara de ovo pasteurizada, goma acácia, sal, antioxidante TBHQ (INS 319) e aromatizantes. Contém glúten.

2.2 - ORGANOLÉPTICA

a) aspecto: massa semidura com cereais

AV. JOÃO RAMALHO, Nº 205, 1º ANDAR, VILA NOÊMIA, MAUÁ, SP, CEP 09371-520,
FONES 4512-7825/7824, CNPJ 46.522.959-0001-98, INSCR. EST. ISENTA, SITE WWW.MAUA.SP.GOV.BR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

- b) sabor: próprio
- c) cor: marrom claro
- d) odor: próprio
- e) textura: própria

3 - Embalagem:

3.1 - Embalagem individual: Poliéster + BOPP metalizado

4 – DA ROTULAGEM (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5 – FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 – A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.

6 – LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

6.1 A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato.

7 – RESPONSABILIDADES TÉCNICA (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991 / Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999):

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo com a Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.

10 – ENTREGA DO PRODUTO

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E., conforme cronograma;

10.2 – A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n CVS – 6 de 10/03/1999).

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega.

MINI BOLO DE LARANJA

1 – DESCRIÇÃO:

AV. JOÃO RAMALHO, Nº 205, 1º ANDAR, VILA NOÊMIA, MAUÁ, SP, CEP 09371-520,
FONES 4512-7825/7824, CNPJ 46.522.959-0001-98, INSCR. EST. ISENTA, SITE WWW.MAUA.SP.GOV.BR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

Produto assado, preparado a base de farinha ou amidos, açúcar, fermento químico ou biológico, podendo conter leite, ovos, manteiga, gordura e outras substâncias alimentícias que caracterizem o produto.

2 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO:

2.1 – Composição: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal hidrogenada, ovo, soro de leite, sal, suco de laranja, emulsificantes (mono e diglicerídeos de ácidos graxos, ésteres de ácidos graxos com poliglicerol e estearato de potássio e lecitina de soja), fermento químico em pó (pirofosfato ácido de sódio, aroma de laranja, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio), conservantes (propionato de sódio e sorbato de potássio), umectante (sorbitol), aromatizantes e acidulante (ácido cítrico). Contém glúten.

2.2 - ORGANOLÉPTICA

- a) Aspecto: próprio
- b) Cor: próprio
- c) Odor: próprio
- d) Sabor: próprio

3 - EMBALAGEM:

3.1 - Embalagem primária: forma de papel monolúcido, embalagem secundária: flexível BOPP.

4 – DA ROTULAGEM (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

4.1 – O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

5 – FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

5.1 – A empresa deverá apresentar Ficha técnica do produto.

6 – LAUDO BROMATOLÓGICO (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

6.1 A empresa vencedora deverá apresentar Laudo Bromatológico do produto expedido por laboratório oficial ou credenciado, com data de emissão nunca superior a 365 dias. O documento deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato.

7 – RESPONSABILIDADES TÉCNICA (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991 / Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999):

7.1 – Os estabelecimentos devem ter um responsável técnico de acordo com a Portaria CVS-1 DITEP de 13/01/1998. Este profissional deve estar regularmente inscrito no órgão fiscalizador de sua profissão.

8 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E FICHA TÉCNICA (Resolução nº 01 de 16/01/2003 do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação):

8.1 – A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas):

8.1.1 – 02 (duas) amostras originais do produto, devidamente identificadas, procedentes do mesmo lote e data de fabricação, em embalagem primária e rótulo, correspondente àqueles a serem entregues.

8.2 – As Fichas Técnicas deverão ser referentes as amostras.

9 – AValiação Técnica do Produto

9.1 – Fica reservado ao Setor de Alimentação escolar, o direito de opinar e subsidiar o Pregoeiro no julgamento do produto.

10 – ENTREGA DO PRODUTO

AV. JOÃO RAMALHO, Nº 205, 1º ANDAR, VILA NOÊMIA, MAUÁ, SP, CEP 09371-520,
FONES 4512-7825/7824, CNPJ 46.522.959-0001-98, INSCR. EST. ISENTA, SITE WWW.MAUA.SP.GOV.BR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

10.1 – A proponente deverá entregar o produto no prazo máximo de 24 horas a contar do pedido emitido pelo S.A.E., diretamente nas unidades abastecidas pelo S.A.E., conforme cronograma;

10.2 – A proponente deverá entregar o produto em transporte fechado, com estrados (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria n CVS – 6 de 10/03/1999).

10.3 – Os entregadores deverão estar adequadamente paramentados, ou seja: calçados fechados, uniforme de cor clara e limpa, proteção para o cabelo (boné). Os uniformes deverão vir identificados com o nome da empresa (Portaria nº CVS – 15 de 07/11/1991/ Portaria nº CVS – 6 de 10/03/1999).

10.4 – O cronograma será fornecido pelo S.A.E. 24 horas anteriores à entrega.

Relação de Escolas – EJA –

Nº	Escola	Endereço
1	EM Profª NEUMA MARIA DA SILVA	Est. Aduora Rio Claro, 1115 - Jd. Paranaíba
2	CEMEI CLÉBERSON DA SILVA	R. da Pátria, 237 VI. Magine
3	EM AMÉRICO PERRELLA	Rua São Judas Tadeu, 89 - Jd. Adelina
4	EM PROFª ROSA MARIA FRARE –Catatau	Rua das Hortências, 179 - Jd. Primavera
5	EM CORA CORALINA	Rua São João, 876 - Jd. Bom Recanto
6	EM Drª DARCI AP. F. FORNARI -Esperança I	Rua Elza Jorge, 153 - Jd. Esperança
7	EM DARCY RIBEIRO	Rua Pedro II, 253 -VI. Independência
8	EM ANA AUGUSTA DE SOUZA	R. Cuba, 20 - Pq. Das Américas
9	EM LUCINDA PETIGROSSI CASTABELLI –Frajola	Av. Pres. Castelo Branco, 1807- Jd. Zaira
10	EM CHICO MENDES	Rua Ivan Bernardo da Silva, 43, -Jd. Flórida
11	EM GALDIDO J. SANTOS	Rua João Batista Pântano, 150 - Jd. Canadá
12	EM GUIMARÃES ROSA	Rua Dr. Ariocy R. Costa, 75 - Jd. Guapituba
13	EM OSWALD DE ANDRADE	Av. Cláudio Savietto, 397 - Jd. Zaira
14	EM PERSEU ABRAMO	Rua Cecília Meireles, 415 - Jd. Miranda Aviz
15	EM Profª MARIA WANNY S. CRUZ -Peter Pan	R. Clodoaldo P. Caribê, 449 - VI. Assis
16	EM Profª MÁRCIA REGINA ABRAHAM -Ra-tim-	R. Cezário Parmegiani, 310 - Jd. Santa Lídia
17	EM MARIA ROSEMARY DE AZEVEDO	Av. Pres. Castelo Branco, 3000 - Jd. Zaira
18	EM JOAO RODRIGUES FERREIRA	Estrada do Regalado s/n - Jd. Feital
19	EM JEANETE BEAUCHAMP	Av. Dª Benedita F. da Veiga, 1015- B. Feital
20	EM GUILHERME PRIMO VIDOTTO	Rua Leonides Marques Alencar, S/N , Jd. Olinda
21	EMEJA CLARICE LISPECTOR	Av. Washington Luiz, 3890 - VI. Magine
22	SECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR	Rua Rio Branco, 808, Centro



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

Relação de Secretarias –

1	SECRETARIA DE CIDADANIA E AÇÃO SOCIAL	Rua Luis Mariani,96 – Bairro Vila Fauto Neves
2	GINÁSIO POLIESPORTIVO CELSO DANIEL	Rua Fabio José Delpoio, 128 – Vl. Noemia

Mauá, 02 de dezembro de 2014.

Jaqueline Aparecida Silva Alves Corrêa
Coordenadora de Gestão Administrativa



ANEXO II
DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

(a ser apresentado no início da sessão ao pregoeiro, com cédula de identidade ou equivalente)

À

Prefeitura do Município de Mauá

Departamento de Compras

PREGÃO PRESENCIAL R.P. Nº152/2014

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., com sede e m....., na Rua/Av., nº....., tendo como representante legal o (a) Sr.(a)(citar o cargo), **CRENCIA** o (a) SR.(a)....., portador da carteira de identidade nº....., devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº....., para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Mauá na licitação Pregão Presencial nº 152/2014, outorgando-lhe expressos poderes para formulação de lances verbais, interposição de recursos contra as decisões do pregoeiro e, para prática de todos os demais atos inerentes ao certame em referência.

(local data)

.....

Nome/assinatura

Cargo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____ / 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *****
PROCESSO Nº 7046/2014 O QUAL DEU ORIGEM AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 152/2014
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE KIT LANCHE.
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:
PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO: O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses.
USUÁRIOS DO REGISTRO:
DATA DE ASSINATURA: _____.
VALOR TOTAL ESTIMADO:

I - PREÂMBULO

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, de um lado a Prefeitura, com sede neste, neste ato representada por ***e de outro lado, a empresa *****doravante denominado simplesmente COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, em conformidade com o estabelecido no artigo 15, II, da lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto Municipal nº 5699/97 têm entre si, justo e contratado o que se segue:

II - FUNDAMENTO DO COMPROMISSO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência do Pregão Presencial acima referido, regendo-se pelas normas da Lei n.º 8.666, de 21 de julho de 1993 e alterações posteriores.

As despesas decorrentes deste compromisso serão suportadas pela dotação orçamentária –*****- Códigos Reduzidos –*****.

III - DO OBJETO E DOS PREÇOS

1. O presente compromisso destina-se ao fornecimento à Prefeitura do objeto referido, na conformidade do estabelecido no presente instrumento:

ITEM	UNID	PRODUTOS	MARCA	QUANT. ESTIMADA MENSAL	QUANT. ESTIMADA ANUAL.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2. O(s) preço(s) unitário(s) do(s) produto(s) objeto deste, para a data da assinatura do presente COMPROMISSO, será (ão) aquele(s) constante(s) nesta Ata de Registro de Preços.

3. O(s) produto(s), constante(s) na Ata de Registro de Preços (conforme planilha com descrição do(s) produto(s), especificação (ões), preço(s) registrado(s), valor total estimado e locais de entrega), objeto do presente compromisso, será (ão) sempre fornecido(s) dentro das especificações e locais constantes no mesmo ou ainda naqueles definidos na autorização de fornecimento e que estão contidas no EDITAL que regeu a correspondente licitação e na forma prevista na proposta, naquilo que não o contrariar, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer nas sanções previstas.

4. No(s) preço(s) referido(s) no item antecedente já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, como frete, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, comerciais, previdenciários, e quaisquer outros.

5. Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos.

6. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos no presente COMPROMISSO, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.

AV. JOÃO RAMALHO, Nº 205, 1º ANDAR, VILA NOÊMIA, MAUÁ, SP, CEP 09371-520,
FONES 4512-7825/7824, CNPJ 46.522.959-0001-98, INSCR. EST. ISENTA, SITE WWW.MAUA.SP.GOV.BR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

IV - DA OBRIGAÇÃO DE FORNECIMENTO

1. Durante o prazo de validade deste compromisso e do preço registrado, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR estará obrigado a fornecer à Prefeitura, sempre que por ela for exigido, o(s) produto(s) objeto do presente, na(s) quantidade(s) pretendida(s), dentro das especificações e nos locais indicados na Ata de Registro de Preços, e na Autorização de Fornecimento nos termos da cláusula V deste instrumento.
2. A PREFEITURA não estará obrigada a adquirir do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR uma quantidade mínima do(s) produto(s) objeto do presente compromisso, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade, do momento e da forma de fornecimento, desde que respeitado o disposto nos itens antecedentes.
3. A PREFEITURA poderá, nos termos da legislação em vigor, adquirir de outros fornecedores o(s) produto(s) objeto do presente compromisso, vedada, todavia, qualquer aquisição deste(s) produto(s) por preço(s) igual (is) ou superior (es) ao(s) que poderia(m) ser obtido(s) do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR pela execução do presente COMPROMISSO.

V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. Sempre que necessitar, ao longo de todo o período de validade do presente compromisso, a PREFEITURA convocará o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR para que, no PRAZO MÁXIMO de quarenta e oito (48) horas, compareça à Prefeitura para assinar a Autorização de Fornecimento.
2. As autorizações de fornecimento de que trata o item antecedente serão considerados, para todos os fins de direito, instrumentos ao presente compromisso, e deverão ser formalizados, mediante convocação da PREFEITURA, devidamente assinada.
3. A autorização de fornecimento referida no item antecedente estipulará obrigatoriamente:
 - a) A quantidade do produto a ser fornecida pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR no momento;
 - b) A forma do fornecimento da quantidade no momento desejada, se parcelada em dias diferentes ou se integral;
 - c) O prazo máximo de entrega dos produtos;
 - d) O valor e a forma de pagamento pela PREFEITURA ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR.
4. O não comparecimento injustificado do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR no prazo assinalado na cláusula V, no item 1, para o aperfeiçoamento do contrato acessório de fornecimento o sujeitará às penalidades previstas na cláusula XIV, no item 4.4, limitada a 2 (duas) recusas, sob pena de ultrapassado este limite, ficar caracterizada a inexecução total ou parcial do presente compromisso, conforme o caso, para os fins previstos na legislação em vigor e no presente compromisso.

VI - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O pagamento do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR pela PREFEITURA, de acordo com o estipulado no item 1 desta cláusula, será devido a cada fornecimento realizado, desde que tenha sido este regularmente formalizado na conformidade do estabelecido na cláusula V deste compromisso.
2. O pagamento do preço devido em cada fornecimento será efetuado diretamente ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, pela PREFEITURA conforme constante na Ata de Registro de Preços, mediante a apresentação dos documentos pertinentes na unidade, 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento definitivo de cada parcela dos produtos fornecidos pelo compromissário.
3. Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da PREFEITURA, 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva entrega do objeto. É facultado à PREFEITURA efetuar os pagamentos através de depósito bancário, ficando o Compromissário Fornecedor obrigado a fornecer o nome do Banco e respectivo número da conta bancária.
4. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas no aspecto jurídico e de qualificação técnica, econômica e financeira, bem como de regularidade perante o Fisco, quando das respectivas habilitações, sob pena de retenção do referido pagamento até sua efetiva regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital e Lei de Licitações. A regularidade perante o Fisco será comprovada com a apresentação das Certidões Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de débito junto ao INSS e com a apresentação do Certificado de Regularidade perante o FGTS, na época da apresentação das Notas Fiscais e pagamento.

VII - DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, DO CONTROLE E DA REVISÃO DE PREÇOS

1. O(s) preço(s) referido(s) na cláusula III, no item 1, não será (ao) objeto de atualização financeira por via da aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste de qualquer natureza, na conformidade do disposto na legislação federal em vigor, ressalvada a hipótese de ser necessária ou admissível a celebração de termo aditivo entre as partes contratantes, em face de alterações futuras desta mesma legislação.

VIII - DO VALOR ESTIMADO PARA O COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

1. O valor global estimado para o presente compromisso de fornecimento é de R\$ ** .

IX - DA ENTREGA DO(S) PRODUTO(S) FORNECIDO(S)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

1. Aperfeiçoada a autorização de fornecimento na forma prevista na cláusula V no item 2 deste compromisso, estará o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obrigado a fornecer os produtos nele estipulados, no prazo e na(s) quantidade(s) prevista(s).

2. Não será admitida a entrega de produtos pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, nem o seu recebimento, sem que previamente tenha sido apresentada a autorização de fornecimento, devidamente assinada pela área emitente.

X - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

1. O objeto do presente compromisso será recebido na forma estabelecida nos itens subsequentes.

2. O recebimento far-se-á mediante recibo.

3. O custo com as inspeções, testes e quaisquer outras provas exigidas, nos termos das normas técnicas existentes, indispensáveis para a comprovação da boa execução do compromisso de fornecimento, correrão por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR.

4. Estando os bens fornecidos em desacordo com as especificações e condições detalhadas no Edital de Pregão ou com o disposto no presente compromisso de fornecimento, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá substituí-los por outros que atendam estas exigências, no prazo de 12 horas da comunicação, sob pena de configuração da inexecução das obrigações assumidas no presente ajuste.

5. Ultrapassado o prazo previsto no item antecedente sem que o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR tenha substituído os produtos, será considerado como inexecução total do presente compromisso, incorrendo nas sanções previstas na cláusula XIV deste instrumento, podendo ainda a PREFEITURA devolvê-los ao local de origem mediante remessa, com frete a pagar.

XI - DO PRAZO DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO E DA SUBCONTRATAÇÃO

1. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

2. Não será admitida, a qualquer título, a subcontratação de terceiros pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR.

XII - DOS DIREITOS DA PREFEITURA E DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

1. São direitos da PREFEITURA no presente compromisso de fornecimento, além de outros decorrentes da legislação em vigor e dos termos deste instrumento:

a) O direito de exigir, sempre que conveniente e oportuno ao interesse público, o cumprimento das condições estipuladas na Autorização de fornecimento;

b) O direito de definir a forma de fornecimento desejada em cada aquisição e de receber os produtos dentro do prazo máximo de entrega a ser estipulado na Autorização de fornecimento, ou ainda, aquele previsto no edital de convocação objeto do presente compromisso;

c) O direito de optar pela rescisão administrativa do compromisso de fornecimento ou pela instauração de regular procedimento de revisão de preços, sempre que o preço registrado for superior ao praticado no mercado, ou implicar em redução da diferença do percentual fixado na ata de registro de preços;

d) O direito de rescindir administrativamente o presente compromisso de fornecimento nos casos previstos na cláusula XIV, itens 1 e 2 deste COMPROMISSO.

2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a manter durante a execução do presente compromisso de fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe é pertinente.

3. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR é a único responsável, em qualquer caso, por dano ou prejuízo que possa causar a terceiros em decorrência do fornecimento, descabendo quaisquer responsabilidades ou ônus à PREFEITURA.

XIII - DOS DIREITOS DO COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

1. São direitos do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, além de outros decorrentes da legislação em vigor e dos termos deste COMPROMISSO DE FORNECIMENTO:

a) O direito de fornecer os produtos objeto do compromisso de fornecimento, quando solicitado pela PREFEITURA, desde que esta não obtenha, por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, melhores condições de preço, na conformidade do disposto na cláusula IV, no item 3;

b) O direito de requerer a instauração de procedimento de revisão de preços sempre que se verificar as hipóteses previstas legalmente.

XIV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O atraso na entrega das autorizações de fornecimento, com desrespeito dos prazos assinalados no Anexo I deste edital, sujeitará o compromissário à multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia do valor correspondente aos itens ou da parcela em atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), podendo a PREFEITURA a partir do 10º (décimo) dia considerar rescindido o compromisso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

1.1 O prazo para pagamento das multas moratórias será de 3 (três) dias úteis a contar da intimação da contratada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado dos pagamento devidos pela Administração, garantida a ampla defesa nos termos da lei.

2. A aplicação da penalidade prevista no item antecedente não impede a rescisão do presente pela ocorrência de quaisquer dos motivos tipificados no artigo 78 da Lei 8666/93, bem como a aplicação de outras sanções admitidas em lei e neste COMPROMISSO.

3. A inexecução total ou parcial da presente ATA acarretará na tomada das seguintes sanções contra o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:

a) Advertência;

b) Multa, na forma do especificado nesta cláusula, no item quatro;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, respeitando o disposto no artigo 87, IV, da Lei n.º. 8.666/93.

4. A contratada ficará ainda sujeita às seguintes penalidades:

4.1 - 10% (dez por cento) do valor total estimado do compromisso, nos casos de inexecução parcial;

4.2 - 20% (vinte por cento) do valor total estimado do compromisso, nos casos inexecução total do contrato

4.3 - 20% (vinte por cento) do valor da autorização de fornecimento no caso de recusa em aceitá-la ou retirá-la, dentro do prazo de 48(quarenta e oito) horas, admitindo-se apenas uma reincidência.

4.4 - 10% (dez por cento) do valor total estimado do compromisso, nos casos de fornecimento de produto de má qualidade, fora dos mais rigorosos padrões de higiene ou em desacordo com as especificações propostas e aceitas pelo contratante.

5. Constatada a inexecução do instrumento ou a hipótese da cláusula V das condições de fornecimento será a compromissária intimada da intenção da PREFEITURA quanto à aplicação da penalidade, concedendo-se prazo para interposição de defesa prévia, nos termos do art. 87, §2º e §3º da Lei 8.666/93.

6. Não sendo apresentada a defesa prévia pela compromissária, ou havendo o indeferimento da mesma quando interposta, a PREFEITURA providenciará a notificação da mesma quanto à aplicação da penalidade, abrindo-se prazo para interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 109, I, "f" da Lei 8.666/93.

7. Decorridas as fases anteriores, o prazo para pagamento das multas será de 03 (três) dias úteis a contar da intimação da compromissária. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da eventual garantia prestada, ou sendo esta insuficiente, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Não havendo prestação de garantia, o valor das multas será diretamente descontado do crédito que porventura haja.

7.1. Não havendo tais possibilidades, o valor será cobrado judicialmente.

8. A pena de multa aplicada por quaisquer dos motivos especificados no presente, poderá ser aplicada cumulativamente às sanções previstas nas letras "a", "c" e "d" do item 3.

9. Além das expressas no Edital, poderão ser impostas outras penalidades previstas no artigo 7º, da Lei Federal 10.520/02 e nos artigos 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, conforme a gradação da falta cometida.

10. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão, nos casos enumerados no artigo 78, no modo previsto pelo artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da Lei Federal nº 8.666 / 93.

XV – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. A presente ata de registro de preços poderá ser rescindida: a) unilateralmente, nas hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da lei federal nº. 8666/93; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicial nos termos da legislação.

2. Nos casos de rescisão administrativa, ficam asseguradas ao contratante as prerrogativas previstas nos incisos I a IV, do artigo 80, da lei supracitada.

3. A contratada estará sujeita às penalidades descritas no art. 87 da Lei Federal nº 8666/93.

XVI - GESTÃO DO CONTRATO

1. A gestão da presente Ata e Autorização de Fornecimento será efetuada por ***** da PREFEITURA, unidade gerenciadora que deverá acompanhar as suas execuções em obediência às especificações definidas no edital e anexos, compreendendo a regularidade da entrega, os saldos contratuais, acréscimos e reduções, consumo geral e cumprimento das obrigações da "COMPROMISSÁRIA", anotando, se necessário, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com suas execuções e determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

XVII - DO REGIME JURÍDICO E DAS REGRAS DISCIPLINADORAS DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

AV. JOÃO RAMALHO, Nº 205, 1º ANDAR, VILA NOÊMIA, MAUÁ, SP, CEP 09371-520,
FONES 4512-7825/7824, CNPJ 46.522.959-0001-98, INSCR. EST. ISENTA, SITE WWW.MAUA.SP.GOV.BR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

1. O presente compromisso de fornecimento e as Autorizações de fornecimento, que com base nele forem aperfeiçoados pelas partes contratantes, serão regidos pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
 2. Para efeitos obrigacionais tanto o Edital de Pregão, quanto a proposta adjudicada integram o presente compromisso de fornecimento, devendo seus termos e condições ser considerados como partes integrantes do presente COMPROMISSO.
 3. O presente instrumento poderá ser alterado, de comum acordo entre as partes, mediante prévia justificativa da parte interessada e devidamente autorizada pela PREFEITURA, ou a quem ela delegar tal função, mediante assinatura de Termos de Re-Ratificação, desde que não seja alterado o objeto e esteja em conformidade com a legislação pertinente.
 4. Para todas as questões pertinentes ao presente compromisso de fornecimento o foro será o da Comarca de Mauá, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
 5. A "COMPROMISSÁRIA" ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado.
- E, por haverem assim ajustado, firmaram este compromisso, registrado e digitado na **, da qual foram extraídas 03 (três) vias de idêntico teor.

Data

Assinaturas

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

Declaração de documentos à disposição do Tribunal

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Mauá

CNPJ N.º: 46.522.959/0001-98

CONTRATO N.º (DE ORIGEM): Pregão Presencial: ____/2014

DATA DA ASSINATURA: __/____/2014

VIGÊNCIA: _____

OBJETO:

VALOR (R\$): R\$

Declaro (amos), na qualidade de responsável (eis) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Mauá, ____ de ____ de 2014.

Secretário XXXXXX



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO
(a ser apresentada juntamente com o credenciamento, ao Pregoeiro)

À

Prefeitura do Município de Mauá
Departamento de Compras

PREGÃO PRESENCIAL R.P. Nº.152/2014

....., portador da carteira de identidade nº....., representante legal da empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., com sede em....., na Rua/Av., nº....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação através dos documentos integrantes dos envelopes “01” e “02”, conforme especificações do Edital de Pregão Presencial nº. 152/2014.

(local data)

.....

Nome/assinatura do responsável legal

Cargo

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO

(Modelo a ser utilizado por Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempresa (ME))

À

Prefeitura do Município de Mauá
Departamento de Compras

PREGÃO PRESENCIAL R.P. Nº. 152/2014

....., empresário ou sócios da empresa de pequeno porte e/ou microempresa
....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação através dos documentos integrantes dos envelopes “01” e “02”, conforme especificações do Edital de Pregão Presencial n. 152/2014, salvo para os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06.

(local data)

.....

Nome/assinatura dos sócios ou empresário



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE O ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO

À

Prefeitura do Município de Mauá
Departamento de Compras

PREGÃO PRESENCIAL R.P. Nº. 152/2014

....., portador da carteira de identidade nº....., representante legal da empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., com sede em....., na Rua/Av., nº....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre integralmente o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que veda a participação nesta Licitação de empresas que empreguem, de forma direta ou indireta, mão de obra infantil, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, considerando-se mão de obra infantil aquela exercida por menores de 16 anos. A constatação, a qualquer tempo, do uso de mão de obra infantil pela licitante que vier a ser contratada ensejará a rescisão da ata de registro de preços, sem qualquer ônus para a P.M.M.

(local data)

.....
Nome/assinatura

Cargo



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À

Prefeitura do Município de Mauá
Departamento de Compras

PREGÃO PRESENCIAL R.P. Nº 152/2014

(Razão Social da empresa), declara sob as penas da Lei que:

- a) Declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa..... não está cumprindo pena por inidoneidade.
- b) Aceita integralmente as condições do presente Edital bem como se responsabiliza pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais resultantes da execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos dados e documentos apresentados.

(local data)

Nome/assinatura

Cargo



ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À

Prefeitura do Município de Mauá

Departamento de Compras

PREGÃO PRESENCIAL R.P. Nº 152/2014

“Declaramos, sob as penas da Lei, a inexistência de fatos impeditivos supervenientes à habilitação da empresa (.....), bem como estarmos cientes que devemos declará-los caso venha a ocorrer”.

(local data)

Nome/assinatura

Cargo



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

ANEXO VIII

(M O D E L O)

PREGÃO PRESENCIAL R.P. Nº 152/2014

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaro, sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão nº. 152/2014, realizado pela Prefeitura do Município de Mauá.

(local, data)

Nome/assinatura

Cargo

RG nº.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº: ____/2014 (MODELO DE PROPOSTA)

Denominação:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Fax:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KIT LANCHE

Item	Código	Und	Quantidade Estimada		Descrição do Kit Lanche	VI Unit	VI Total
			Mês	Ano			
01	2255	KIT	62.760 (doze mil, setecentos e sessenta)	627.600 (cento e vinte e sete mil e seiscentos)	- 01 lanche Recheado - 01 Bebida - 01 Sobremesa - 01 Guardanapo papel Conforme modelo, per capta e incidência descrito abaixo.		

* favor considerar as especificações constantes no anexo I.

- Condições Contratuais:

Prazo de entrega: Conforme edital

Condições de Pagamento: Conforme edital

Validade da Proposta: Conforme edital

Mauá, ____ de _____ de 2014.

Proponente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 7046/2014

Rubrica: _____

ANEXO X

(M O D E L O)

PREGÃO PRESENCIAL R.P. Nº _____ /2014
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Município de Mauá

Órgão ou Entidade: _____

Ata de Registro nº. (de origem): _____

Objeto: _____

Contratante: _____

Contratada: _____

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Local e data

Contratada

Secretário Municipal ou Ordenador da Despesa